



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

APOSTILA Nº N. 02 AO CONTRATO Nº 07/2019.

APOSTILA N. 02 AO CONTRATO N. 07/2019 (evento [0483946](#))

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0000411-20.2019.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 24/2019

SEGUNDA APOSTILA AO CONTRATO N. 07/2019, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA TRANSAT TELECOMUNICAÇÕES VIA SATÉLITE – EIRELL., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS.

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Desembargador **PAULO KIYACHI MORI**, no uso de suas atribuições legais e consoante Decisão n. 8/2022 - PRES/GABPRES (evento [0784160](#)), RESOLVE expedir a presente apostila, com fundamento no artigo 65, §8º, da Lei n. 8.666/93, no art. 55, III, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Nona do Contrato supramencionado, para:

I - Registrar o reajuste ao valor do Contrato 07/2019 (evento [0483946](#)), decorrente da variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST - Acumulado, no percentual de 18,07% (dezoito inteiros e sete centésimos por cento), aferido no período de outubro de 2020 a outubro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 23 de outubro de 2021, conforme detalhamento abaixo:

Tabela 1 - Cálculo da Variação do IST

Referência	Valor do IST
10/2020	246,203
10/2021	290,687
% Variação/Reajuste (com base na fórmula de cálculo do IST)	18,07%
Fonte: https://antigo.anatel.gov.br/setorregulado/tarifas-e-precos/valores-do-indice-	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[de-servicos-de-telecomunicacoes-ist](#), Solicitação n. 7/2021/COSEIC e anexos
(evento [0752203](#) do Processo SEI supramencionado).

Tabela 2 – Comparativo entre os valores vigentes desta contratação e os valores com este reajuste de 18,07%, a contar de 23/10/2021 a 23/10/2022:

IT EM	DISCRIMIN AÇÃO	UNID	Q T D	VALO R UNITÁ RIO (R\$)	VALO R UNITÁ RIO COM REAJU STE (R\$)	TOTAL ESTIM ADO PARA 30 MESES (R\$)	TOTAL ESTIM ADO PARA 30 MESES COM REAJU STE (R\$)
02	Serviços de instalação de link de acesso à Internet banda larga	Evento	180	1.612,96	1.904,42	290.332,80	342.795,60
	Prestação de serviços eventuais e temporários de acesso à Internet banda larga, na forma e condições previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.	mensalidade	360	1.687,62	1.992,57	607.543,20	717.325,20
VALOR TOTAL ESTIMADO para o item 02 (Instalação + Mensalidades)							1.060.120,80

Fonte: Solicitação n. 7/2021/COSEIC e anexos (evento [0752203](#) do Processo SEI supramencionado).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – O impacto financeiro total estimado deste reajuste sobre o contrato supramencionado é de **R\$ 162.245,08** (cento e sessenta e dois mil duzentos e quarenta e cinco reais e oito centavos) e incide nos exercícios 2021 e 2022.

III - As despesas com este reajuste serão suportadas mediante Nota de Empenho desta contratação, a ser reforçada, caso necessário.

IV - Com o presente reajuste, o valor total atualizado do contrato (para eventual cômputo de acréscimos e supressões - Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93) passa a ser de R\$ 1.060.120,80 (um milhão, sessenta mil cento e vinte reais e oitenta centavos), conforme detalhamento no Anexo I deste instrumento:

V - Para assegurar a plena execução deste ajuste, a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA no valor de R\$ 8.112,25 (oito mil cento e doze reais e vinte e cinco centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e Cláusula Oitava do Contrato originário.

VI - Ficam mantidas todas as demais cláusulas do Contrato TRE-RO n. 07/2019 que não tenham sido alteradas por Apostilas e/ou por Termos Aditivos.

VII - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita.

VIII - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 04 de janeiro de 2022.

Desembargador PAULO KIYOCHI MORI

Presidente do TRE-RO

ANEXO I DA APOSTILA N. 02 AO CONTRATO N. 07/2019

Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 07/2019, assinado em 04/12/2019 – Volume VIII do PA (evento n. 0483946) Vigência de 30 meses, a contar da assinatura, a contar de 04/12/2019 a 04/06/2022 Valor do contrato: R\$ 835.000,20 Garantia: R\$ 41.750,01	R\$ 835.000,20	-
Apostila n. 1, assinada em 21/12/2020 – Volume XII do PA (evento n. 0643272) Reajuste de 7,53%, a contar de 23/10/2020. Valor da Apostila R\$ 62.875,52 Garantia: R\$ 3.143,77	R\$ 62.875,52	-
Apostila n. 2, assinada em ___/02/2022 – Volume XVI do PA (evento n. 0775028)	R\$ 162.245,08	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Reajuste de 18,07%, a contar de 23/10/2021.		
Valor da Apostila R\$ 162.245,08		
Garantia: R\$ 8.112,25		

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 1.060.120,80
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 15/02/2022, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0775028** e o código CRC **FB40EE67**.

0000411-20.2019.6.22.8000

PROCESSO: 0000411-20.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COSEIC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Possibilidade da aplicação de reajustes pelo IPCA - Contrato n. 06/2019 e pelo IST - Contrato n. 07/2019. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 221 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual abriga os atos das contratações firmadas entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e as empresas **GIGACOM DO BRASIL LTDA.**, tendo como objeto serviço de solução de comunicação de dados, para interligar a Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE-RO e os Fóruns Eleitorais sediados no interior do Estado de Rondônia, conforme **Contrato nº 6/2019 (0484708)** e **TRANSAT TELECOMUNICAÇÕES VIA SATÉLITE – EIRELI.**, o qual tem como objeto serviços de instalação e prestação de serviços eventuais de link de acesso à internet banda larga para atividades temporárias e externas dos Fóruns Eleitorais, conforme **Contrato nº 7/2019 (0483946)**.

02. Na Solicitação nº 7/2021 – PRES/DG/STIC/COSEIC ([0752203](#)) a Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC), unidade gestora da contratação, noticiou a necessidade de reajustar o Contrato n. 6/2019 pelo índice IPCA, e o Contrato n. 7/2019 pelo índice IST, conforme previsão em ambos os instrumentos contratuais ([0484708](#) e [0483946](#)). Ainda, informa que os valores disponíveis no orçamento são suficientes para a cobertura da despesa com a aplicação dos índices de reajustes.

03. Em seguida, mediante o Despacho nº 2109/2020 - PRES/SAOFC/GABSAOFC ([0762645](#)), o titular da Secretária de Administração, Orçamento, finanças e Contabilidade (SAOFC) determinou a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC) informar se há disponibilidade orçamentária para os reajustes, a elaboração das minuta de termos aditivos pela Seção de Contratos (SECONT) e a apreciação dos instrumentos pela AJDG.

04. Em resposta o coordenador da COFC pelo Despacho nº 1077 / 2021 - PRES/DG/SAOFC/COFC ([0762772](#)) solicita a SPOF o registro da programação orçamentária conforme valores indicados no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TR/PB supra referido e aponta a fonte no planejamento orçamentário: TIC COMRED, e o valor de R\$ 30.500,24. A programação orçamentária segue juntada pela SPOF no evento [0762830](#).

05. Por seu turno, a SECONT elaborou as minutas das Apostilas aos Contratos nº 06/2019 e nº 07/2019 ([0763342](#) e [0763346](#)) para registro da modificação dos valores contratuais.

06. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica ([0763354](#)). **É o breve relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

07. O reajuste tem amparo no **art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, tendo estes sido reproduzidos expressamente nos ajustes administrativos, vejamos:

CONTRATO Nº 6/2019

CLÁUSULA NONA - Os preços dos serviços contratados (**locação de infraestrutura (Anatel SLP)**) serão corrigidos anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite da apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, pela variação do **Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-DI/FGV) acumulado** em 12 (doze) meses, conforme publicação da FGV para o mês de referência.

TERMO ADITIVO Nº 1 (ALTERA A CLÁUSULA NONA)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui o seguinte objeto:

1. Alterar o índice de reajuste anual do Contrato 06/2019 de IGP-DI/FGV (Índice Geral de Preços do Mercado) para IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), sendo que a Cláusula contratual relativa a esse tema passará a constar conforme segue:

[...].

CLÁUSULA NONA - Os preços dos serviços contratados ((**locação de infraestrutura (Anatel SLP)**)) serão corrigidos anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite da apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, adotando-se como parâmetro o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

CONTRATO Nº 07/2019

CLÁUSULA NONA - Os preços dos Serviços de Comunicação Multimídia (SCM) serão reajustados anualmente pela variação do **IST (Índice de Serviços de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Telecomunicações), observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, com base na seguinte fórmula.

$$R = \frac{IST I - IST Io}{IST Io} \times 100$$

IST Io

Onde:

I) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

Io = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

II) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

Io = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

08. O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704, orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta referir-se, conforme previsto no edital e no contrato, **ou ainda do último reajustamento**. (Grifo nosso)

09. A unidade de gestão (COSEIC) da contratação solicita os autos a aplicação de reajustes de preços, previstos nos termos contratuais, conforme reprisa-se abaixo:

Contrato nº 06/2019 - percentual de **10,67%** (dez inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – Acumulado, aferido no período de outubro de 2020 a outubro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 25 de outubro de 2020.

Contrato nº 07/2019 – percentual de **18,07%** (dezoito inteiros e sete centésimos), decorrente da variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST - Acumulado, aferido no período de outubro de 2020 a outubro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 23 de outubro de 2021.

10. Assim, subsiste o **poder-dever** de a Administração manter íntegra a equação econômico-financeira dos contratos, haja vista que o reajustamento previsto configura-se em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO:

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

(...)

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

(...)

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

(...)

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

(...)

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93;

11. O TCU e a AGU, claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste em sentido estrito nos contratos administrativos, vejamos texto do **Parecer n.º 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.

(...)

41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão n.º 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela

Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

III - DA CONCLUSÃO

12. Dessa forma, esta Assessoria julga devida à aplicação dos reajustes contratuais as empresas contratadas GIGACOM DO BRASIL LTDA. (Contrato nº 06/2019 – evento [0484708](#)), CNPJ Nº 02.668.701/0001-29 e TRANSAT TELECOMUNICAÇÕES VIA SATÉLITE – EIRELI, CNPJ Nº 21.557.625/0001-2 (Contrato nº 07/2019 – evento [0483946](#)).

13. Ressalta-se, ainda, para a necessidade de comprovação da situação de regularidade das empresas, antes da formalização dos reajustes por apostilamento, porquanto ausente nos autos.

14. Em análise formal aos termos das minutas de apostilas juntadas aos eventos [0763342](#) e [0763346](#), percebe-se que os referidos instrumentos, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando aptos, portanto, a produzirem todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual está Assessoria Jurídica manifesta sua **APROVAÇÃO**, para cumprimento do parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.

15. Importa destacar que será necessária a notificação das empresas contratadas para apresentação de nova garantia contratual, com base nos valores atualizados dos contratos, conforme delineado no item V das minutas de Apostila contratual.

16. Calha anotar, por fim, que esta unidade jurídica analisou apenas os **aspectos jurídicos do ato em discussão**, tendo excluído aqueles de índole material associados ao objeto, cálculos e índices, em razão da sabida falta de atribuição legal para tanto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 30/11/2021, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0766845** e o código CRC **A4A6689D**.

0000411-20.2019.6.22.8000

PROCESSO: 0000411-20.2019.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

ASSUNTO: Concessão de reajuste contratual.

DECISÃO Nº 8 / 2022 - PRES/GABPRES

Vistos.

Tratam os autos de contratação do serviço de solução de comunicação de dados, para interligar a Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE-RO e os Fóruns Eleitorais sediados no interior do Estado de Rondônia e, também, de serviços de instalação e fornecimento de link de acesso à internet banda larga para atividades temporárias e externas dos Fóruns Eleitorais.

Após os trâmites exigidos em Lei, foram firmados os seguintes contratos:

Contrato	Empresa contratada	Objeto
Contrato n. 6/2019 (0484708)	GIGACOM DO BRASIL LTDA	Serviço de solução de comunicação de dados para interligar a Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE-RO e os Fóruns Eleitorais sediados no interior do Estado de Rondônia e, também, de serviços de instalação e fornecimento de link de acesso à internet banda larga para atividades temporárias e externas dos Fóruns Eleitorais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Rondônia - TRE-RO e os Fóruns Eleitorais no interior do Estado de Rondônia
Contrato n. 7/2019 (0483946)	TRANSAT TELECOMUNICAÇÕES VIA SATÉLITE – EIRELI.	serviços de instalação e prestação de serviços eventuais de link de acesso à internet para atividades temporárias e externas dos Tribunais Eleitorais

Na atual fase, retornaram os autos a esta Presidência para conhecimento e deliberação acerca da proposta de reajustes contratuais formulada pela Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC), unidade gestora da contratação.

Na Solicitação n. 7/2021 – PRES/DG/STIC/COSEIC ([0752203](#)) a COSEIC noticiou a necessidade de reajustar o Contrato n. 6/2019 pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), e o Contrato n. 7/2019 pelo índice de serviços de telecomunicações (IST), conforme previsto em ambos os instrumentos contratuais ([0484708](#), [0612660](#) e [0483946](#)). Em complemento, informa que os valores disponíveis no orçamento são suficientes para a cobertura da despesa com a atualização dos valores.

No tocante aos valores, a proposta de reajuste foi apresentada nos seguintes moldes:

Contrato n. 6/2019 - percentual de **10,67%** (dez inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – Acumulado, aferido no período de outubro de 2020 a outubro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 25 de outubro de 2021.

Contrato n. 7/2019 – percentual de **10,67%** (dez inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), decorrente da variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST – Acumulado, aferido no período de outubro de 2020 a outubro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 23 de outubro de 2021.

Em atenção ao contido nos respectivos contratos, as minutas de apostilas foram juntadas nos eventos [0763342](#) e [0763346](#).

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) opinou favoravelmente aos reajustes propostos, conforme Parecer 221 ([0766845](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No mesmo sentido foram as manifestações da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) ([0766959](#)) e da Diretoria-Geral (DG) ([0772695](#)).

É o relatório.

Primeiramente, consigno que os reajustes contratuais têm amparo no **art. 55, III, da Lei n. 8.666/1993**, que determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, tendo estes sido reproduzidos expressamente nos ajustes administrativos.

Além disso, verifico a expressa previsão nas cláusulas nonas dos respectivos instrumentos contratuais ([0484708](#) e [0483946](#)), sendo que, com relação ao contrato n. 6/2019, houve alteração do índice de correção, conforme termo aditivo n. 1 ([0612660](#)).

Por outro lado, ressalta-se o poder-dever de a Administração manter íntegra a equação econômico-financeira dos contratos, haja vista que o reajustamento previsto configura-se em obrigação, e não mera faculdade.

A Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) informou haver disponibilidade orçamentária, conforme consignado na manifestação n. 486/2021 ([0766959](#)), reportando-se à Informação n. 280/2021-COFC ([0762771](#)) e Programação Orçamentária juntada no evento [0762830](#).

Quanto ao orçamento, verifica-se também nos autos SEI n. [0003698-54.2020.6.22.8000](#) que a informação da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade que comunica que a Lei Orçamentária Anual referente a 2022 foi aprovada com manutenção dos valores inicialmente programados ([0785240](#)).

Ante ao exposto, considerando as informações prestadas pelas unidades técnicas ([0766845](#), [0766959](#) e [0772695](#)), decido:

a) DEFERIR o reajuste ao Contrato n. 6/2019 ([0484708](#)), firmado com a empresa **Gigacom do Brasil Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n. 02.668.701/0001-29, no percentual de 10,67% (dez inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – Acumulado, aferido no período de outubro de 2020 a outubro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 25 de outubro de 2021, tendo um impacto financeiro de R\$ 471.917,25 (quatrocentos e setenta e um mil novecentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com fundamento no [inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993](#) e ainda Cláusula Nona do Contrato Originário;

b) DEFERIR o reajuste ao Contrato n. 7/2019 ([0483946](#)), firmado com a empresa **Transat Telecomunicações via Satélite - Eireli.**, inscrita no CNPJ sob o n. 21.557.625/0001-29, no percentual de 18,07% (dez inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), com base na variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST - Acumulado, aferido no período de outubro de 2020 a outubro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 23 de outubro de 2021, tendo um impacto financeiro de R\$ 162.245,08 (cento e sessenta e dois mil duzentos e quarenta e cinco reais e oito centavos), com fundamento no [inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993](#) e ainda Cláusula Nona do Contrato Originário;

c) AUTORIZAR a atualização de valores do Contrato n. 6/2019 ([0484708](#)), fixando seu novo valor em R\$ 4.894.752,45 (quatro milhões, oitocentos e noventa e quatro mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fundamento no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#);

d) AUTORIZAR a atualização de valores do Contrato n. 7/2019 ([0483946](#)), fixando seu novo valor em R\$ 1.060.120,80 (um milhão, sessenta mil cento e vinte reais e oitenta centavos) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fundamento no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#);

e) Determinar a notificação da empresa Gigacom do Brasil Ltda. para complementar a garantia ao Contrato n. 6/2019 ([0484708](#)), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após assinatura da apostila, no valor de R\$ 23.595,87 (vinte e três mil quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#), e ainda nos termos do [§ 2º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93](#) combinada com a Cláusula Oitava do Contrato originário;

f) Determinar a notificação da empresa Transat Telecomunicações via Satélite - Eireli. para complementar a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

garantia ao Contrato n. 7/2019 ([0483946](#)), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após assinatura da apostila, no valor de R\$ 8.112,25 (oito mil cento e doze reais e vinte e cinco centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#), e ainda nos termos do [§ 2º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93](#) combinada com a Cláusula Oitava do Contrato originário;

g) Determinar a notificação das empresas contratadas para demonstração nos autos da situação de regularidade com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura da Apostila.

À Diretoria-Geral e à SAOFC para as providências decorrentes desta decisão.

Cumpra-se.

Porto Velho, 1 de fevereiro de 2022.

Desembargador KIYOCHI MORI

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 01/02/2022, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0784160** e o código CRC **ECE576A7**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos